

**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 023/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2026**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU UNIPESSOAL PARA CONFECÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.**

Empresa \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Recebemos, através do acesso à página <https://licitacoes.montesclaros.mg.gov.br/> ou impresso cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**Senhor Licitante,**

Visando comunicação futura entre a Diretoria de Licitações deste Município e essa Empresa, solicitamos o preenchimento do recibo de entrega do edital e envio ao Setor Responsável por meio do e-mail [pregao\\_eletronico@montesclaros.mg.gov.br](mailto:pregao_eletronico@montesclaros.mg.gov.br) e/ou [pregaocompras@gmail.com](mailto:pregaocompras@gmail.com)

A não remessa do recibo exime a **Diretoria de Licitações** da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

**Pregoeiro (a) da Prefeitura de Montes Claros/MG.**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 023/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2026**

**CONTRATANTE (UASG) 984865 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU UNIPESSOAL PARA CONFEÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
VALOR SIGILOSO

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
Dia **10/03/2026** às 09h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
Menor preço por lote

**MODO DE DISPUTA:**  
Aberto

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**  
Sim

**CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** na *internet* no *site* **no link**  
<https://portal.montesclaros.mg.gov.br/> **no link**  
<https://licitacoes.montesclaros.mg.gov.br/licitacoes>, telefones (38) 2211-3080 ou na sala da  
Diretoria de Licitações, à Av. Cula Mangabeira, 211, Centro, Montes Claros/MG, CEP  
39.401-002.

**ESCLARECIMENTOS:**  
E-mail: [pregaocompras@gmail.com](mailto:pregaocompras@gmail.com) e/ou [pregao\\_eletronico@montesclaros.mg.gov.br](mailto:pregao_eletronico@montesclaros.mg.gov.br)

---

## **PREÂMBULO**

---

O **MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS**, inscrito no CNPJ sob o nº. 22.678.874/0001-35, com endereço à Avenida Cula Mangabeira, nº. 211, Centro, na Cidade de Montes Claros/MG, CEP. 39.401-002 torna pública a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 023/2026**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2026**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, regido pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 4.539, de 31 de março de 2023, aplicando-se subsidiariamente a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 e Decreto Municipal nº 4.929, de 27 de janeiro de 2025, e demais exigências estabelecidas neste Edital.

---

## **I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

---

- 1 – O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, em todas as suas fases.
- 2 – Os trabalhos serão conduzidos pelo (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 4.929, de 27 de janeiro de 2025.

---

## **II - DO OBJETO**

---

- 1 – A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU UNIPESSOAL PARA CONFEÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG**.
- 2 – Em caso de divergência entre as especificações dos objetos descritas no Comprasnet a ser acessado no [compras.gov.br](http://compras.gov.br) e as especificações técnicas constantes no Anexo I – Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.
- 3 – **PARA FINS DE CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS NO SISTEMA COMPRASNET, O LICITANTE INTERESSADO EM PARTICIPAR DEVE CONSIDERAR AS DESCRIÇÕES DOS ITENS EM CONFORMIDADE, ÚNICA E EXCLUSIVA, COM AS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DESTES EDITAIS**.  
(\*Necessário esclarecer a padronização do catálogo eletrônico do sistema COMPRASNET, o que não permitiu a inserção em conformidade absoluta com o exigido para a compra dos itens constantes neste Edital. Ressalta-se, será obedecido ao disposto no Título II, item 2 deste Edital “Em caso de divergência entre as especificações dos objetos descritas no Comprasnet a ser acessado no [compras.gov.br](http://compras.gov.br) e as especificações técnicas constantes no Anexo I – Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último”).

---

## **III - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES**

---

- 1 – Órgão Gerenciador
  - 1.1 – O órgão gerenciador deste registro de preços será a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia do Município de Montes Claros/MG, através do gestor da ata de registro de preços.
- 2 – Órgãos Participantes
  - 2.1 – O órgão da Administração Pública a seguir é participante e integra todo o procedimento licitatório e a Ata de Registro de Preços:
    - 2.1.1 – Secretaria Municipal de Educação.
- 3 – Órgãos Não Participantes

3.1 – A Ata de Registro de Preços, poderá ser utilizada por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, que não participaram do procedimento público de intenção de registro de preços, conforme disposto no art. 86, § 3º da Lei 14.133/21.

4 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas ou redistribuídas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes do procedimento licitatório para o registro de preços, observada como limite máximo a quantidade total registrada para cada item.

5 – Para o remanejamento de quantidades entre órgãos participantes do procedimento licitatório não será necessária autorização do beneficiário da Ata de Registro de Preços.

6 – O órgão gerenciador somente poderá reduzir o quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, com a sua anuência.

---

#### **IV - DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

---

1 – Cópia deste edital encontra-se disponível na internet, no [site](https://portal.montesclaros.mg.gov.br/) <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/> no link <https://licitacoes.montesclaros.mg.gov.br/licitacoes>, e ainda, poderá ser obtida na sala da Diretoria de Licitações desta Prefeitura, localizada à Avenida Cula Mangabeira, nº. 211, Centro, na Sala nº. 223, na Cidade de Montes Claros – MG, no horário de 08h00min às 12h00min e de 14h00min às 18h00min.

2 – Os representantes das sociedades empresárias e/ou unipessoais que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no [site](https://portal.montesclaros.mg.gov.br/) <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/> no link <https://licitacoes.montesclaros.mg.gov.br/licitacoes>, bem como as publicações no Diário Oficial do Município, no endereço eletrônico <https://diariooficial.montesclaros.mg.gov.br/>, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

2.1 - O licitante que desejar receber informações ou esclarecimentos sobre o processo licitatório deverá, ao retirar o edital no site <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/> no link <https://licitacoes.montesclaros.mg.gov.br/licitacoes>, e encaminhar à Diretoria de Licitações o recibo de retirada do edital.

3 – Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o *e-mail* [pregaocompras@gmail.com](mailto:pregaocompras@gmail.com) e/ou [pregao\\_eletronico@montesclaros.mg.gov.br](mailto:pregao_eletronico@montesclaros.mg.gov.br), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública.

3.1 – Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ/MF, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e nome completo e CPF/MF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

3.2 – O(a) Pregoeiro (a) terá prazo de 03 (três) dias úteis para responder aos pedidos de esclarecimentos, sendo as respostas encaminhadas por *e-mail* e disponibilizadas no [site](https://portal.montesclaros.mg.gov.br/) <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/> no link <https://licitacoes.montesclaros.mg.gov.br/licitacoes>, no link correspondente a este edital, ficando acessíveis a todos os interessados.

4 – Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, mediante petição a ser enviada para o e-mail [pregaocompras@gmail.com](mailto:pregaocompras@gmail.com) e/ou [pregao\\_eletronico@montesclaros.mg.gov.br](mailto:pregao_eletronico@montesclaros.mg.gov.br) ou protocoladas no núcleo de apoio - seção de protocolo da Diretoria de Licitações, localizada na Avenida Cula Mangabeira, nº 211, Centro, Montes Claros – MG, sala 229 – Setor de

Licitações, cabendo ao (a) Pregoeiro (a) decidir sobre o requerimento no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

4.1 – A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, devendo conter as informações necessárias à identificação e contato do Impugnante.

4.2 – O Município de Montes Claros não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado o recebimento pelo (a) Pregoeiro (a), e que, por isso, sejam intempestivas.

4.3 – Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.4 – A decisão do (a) Pregoeiro (a) será enviada ao impugnante por e-mail, e será divulgada no site <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/> no link <https://licitacoes.montesclaros.mg.gov.br/licitacoes>, para conhecimento de todos os interessados.

4.5 – Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, o interessado que não o fizer até às 17 (dezesete) horas do terceiro dia útil que anteceder a data da realização da Sessão Pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5 – As denúncias, petições e impugnações não identificadas ou não fundamentadas serão arquivadas pela autoridade competente.

---

## **V - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

---

**1 – Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).**

2 – Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6 – Não poderão participar da presente licitação, pessoas jurídicas:

6.1 – aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.2 – sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

6.3 – empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.4 – que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.5 – empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.6 – que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, **ressalvado o**

**disposto no item 8;**

6.7 – que tenham sido declaradas suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração Pública, durante o prazo da sanção aplicada;

6.8 – que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

6.9 – que tenham sido declaradas impedidas de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Montes Claros, durante o prazo da sanção aplicada;

6.10 – que incidirem nas hipóteses previstas no art. 14 da Lei 14.133/21, observada a exceção prevista no § 2º do art. 14 da mesma Lei;

6.11 – que incidirem nas hipóteses previstas no art. 100 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros;

6.12 – em consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

**NOTA EXPLICATIVA**

**Considerando que a vedação à participação de consórcios constitui ato discricionário da Administração, fundamentado na avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto;**

**Considerando que o objeto da presente licitação trata-se de aquisição de bens, e não se caracteriza como empreendimento de grande porte ou de elevada complexidade técnica, o que dispensa a necessidade de união de empresas para sua execução; Considerando, ainda, que há ampla oferta no mercado de empresas individualmente capacitadas, com estrutura técnica, profissional e operacional suficiente para atender plenamente às exigências deste edital;**

**E considerando que a participação de consórcios poderia acarretar dificuldades na gestão contratual, no controle de responsabilidades e na execução do fornecimento, o que poderia comprometer a eficiência e a celeridade administrativa, entende-se conveniente e oportuno vedar a participação de empresas reunidas em consórcio no âmbito do Pregão nº 009/2026, com fundamento no art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021, que admite tal vedação quando devidamente justificada, e em observância aos princípios da eficiência, razoabilidade e economicidade.**

7 – A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

8 – Os licitantes em processo de falência ou em recuperação judicial poderão participar do certame desde que comprovem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente, conforme recomendação da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no Processo nº 1.107.653 (27/06/2023).

---

**VI - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

---

1 – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

2 – No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

2.1 – está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



2.2 – não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

2.3 – não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

2.4 – cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3 – O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4 – O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5 – Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.1 – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.2 – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.3 – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.4 – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5 – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6 – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7 – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8 – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9 – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.10 – constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.11 – cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

6 – A falsidade da declaração de que trata os itens 2 ou 4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

8 – Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

9 – Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

10 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11 – O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

---

## **VII - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

---

1 – O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

1.1 – Valor unitário;

1.2 – Quantidade cotada.

2 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

2.1 – O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5 – A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6 – O prazo de validade da proposta será de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da sessão pública.

7 – Poderão ser cotados números até 02 (duas) casas após a vírgula.

---

## **VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

---

1 – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

2 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



4 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5 – O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.**

6 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8 – O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9 – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.1 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.2 – A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.3 – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

9.4 – Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.5 – Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10 – Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13 – No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

14 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

15 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

16 – Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de

pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

16.1 – Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

16.2 – A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

16.3 – Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

16.4 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

16.5 – A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

17 – Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

18 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

18.1 – A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

18.2 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

18.3 – O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

18.4 – O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

18.5 – É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

19 – Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

20 – O (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar ao licitante titular da melhor oferta a demonstração da composição de seus preços, através da Planilha Detalhada da Proposta, que deverá ser elaborada e encaminhada, conforme prazo estipulado na própria sessão.

---

## **IX - DA FASE DE JULGAMENTO**

---

1 – Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 6 do título V, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1.1 – SICAF;

1.2 – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>);

2 – A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

2.1 – A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

3 – Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

3.1 – tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

3.2 – O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

3.3 – Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

4 – Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

4.1 – Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

5 – Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6 – Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.1 – conter vícios insanáveis;

6.2 – não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.3 – apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.4 – não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5 – apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7 – No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8 – A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.1 – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.2 – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9 – Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

10 – Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11 – Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

12 – Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

13 – Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

14 – Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

15 – Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

16 – Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

17 – No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

18 – Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

---

## **X - DA HABILITAÇÃO**

---

1 – Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1 – A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

2 – Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada com os documentos em relação **à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira, à documentação complementar e, se for o caso, à habilitação técnica.**

3 – Os documentos exigidos para fins de habilitação **deverão ser anexados no portal em até 2 (duas) horas, após o encerramento da sessão de lances. A documentação de habilitação deverá estar vigente até o momento do início da sessão pública:**

**3.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

3.1.1 – registro comercial, no caso de empresa individual;

3.1.2 – ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, e, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

3.1.3 – inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

3.1.4 – decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**3.2 – REGULARIDADE FISCAL:**

3.2.1 – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.2.2 – prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, relativa à sede do licitante;

3.2.3 – prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), **para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

3.2.4 – prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

3.2.5 – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no. 5.452, de 1º de maio de 1943 \(CNDT\).](#)

**3.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

3.3.1 – Certidão negativa de pedido de falência ou em recuperação de crédito, expedida pelo distribuidor judicial da sua sede.

**3.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

3.4.1 – Comprovação de aptidão para efetuar o fornecimento compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, estabelecidas no Termo de Referência, através da apresentação de atestados de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica de no mínimo 30% (trinta por cento) do quantitativo total estimado do objeto, admitido a soma de atestados, desde que compatíveis em características, prazos e complexidade.

**3.5 – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

3.5.1 – Declaração de Pleno atendimento, conforme modelo do Anexo III do Edital, observando-se que todo o teor do conteúdo encontrado no modelo deverá constar na Declaração a ser entregue no certame.

3.5.2 – Declaração de Dados Cadastrais, conforme modelo do Anexo V, no qual o licitante compromete-se a manter atualizado seus dados cadastrais, autorizando o município de Montes Claros a intimá-lo através de correspondência eletrônica caso seja informado o endereço de e-mail.

3.5.3 – Declaração de condição de microempresa – ME, empresa de pequeno porte – EPP ou microempreendedor individual - MEI, conforme modelo do Anexo IV do Edital,



observando-se que todo o teor do conteúdo encontrado no modelo deverá constar na Declaração a ser entregue no certame.

#### **4.1 – DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

4.1.1 – Havendo o aceite da proposta quanto ao valor ofertado, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar no prazo de 07 (sete) dias úteis para o envio da amostra do tecido, bem como da peça do uniforme confeccionada, conforme o modelo especificado neste termo de referência para fins de análise técnica e aprovação por parte da Secretaria Municipal de Educação, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados. As amostras do uniforme pronto deverão contemplar acabamento, costura, modelagem, cores, identificação visual e demais características exigidas, além de serem apresentadas em diferentes tamanhos, de modo a possibilitar a verificação da grade de medidas e do caimento das peças.

4.1.2 – As amostras deverão ser encaminhadas para a Sede Nova da Prefeitura Municipal de Montes Claros – MG, localizada à Av. Governador Magalhães Pinto, nº 4.000, Bairro Jaraguá II, 39.401-458 – Secretaria Municipal de Educação (Diretoria de Logística), sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.1.3 – É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.1.4 – No caso de não haver entrega das amostras ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostras fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.1.5 – Na análise das amostras serão considerados como o atendimento às seguintes especificações:

4.1.5.1 – Conformidade com o Termo de Referência

- Atendimento integral às especificações técnicas descritas no Termo de Referência;
- Correspondência do modelo, tipo de peça e composição (camiseta);
- Conformidade com o layout, cores institucionais e identidade visual da Rede Municipal de Ensino;
- Correta aplicação de logomarcas, brasões, escritas e símbolos oficiais, conforme padrões definidos.

4.1.5.2 – Qualidade do Tecido

- Tipo de tecido conforme especificado (meia malha PA 50% poliéster e 50% algodão)
- Gramatura adequada, garantindo resistência sem comprometer o conforto;
- Avaliação do toque, conforto térmico e respirabilidade;
- Ausência de transparência excessiva;
- Verificação da uniformidade do tecido, sem falhas, manchas ou defeitos visíveis.

4.1.5.3 – Durabilidade e Resistência

- Resistência do tecido ao uso contínuo e às lavagens frequentes;
- Avaliação da possibilidade de deformação, encolhimento ou esgarçamento;
- Qualidade das costuras, com reforços em áreas de maior esforço;

4.1.5.4 – Acabamento e costura:

- Regularidade e alinhamento das costuras;
- Ausência de fios soltos ou rebarbas;
- Reforço em pontos críticos (gola, mangas e barra);
- Qualidade do acabamento interno e externo da peça.

4.1.5.5 – Estamparia, bordado ou silkagem:

- Qualidade da estampa ou bordado (nitidez, alinhamento e fidelidade às cores);
- Fixação adequada, sem rachaduras, descascamento ou falhas;
- Resistência da estampa à lavagem e ao atrito;
- Aplicação conforme técnica exigida (silk screen).

4.1.5.6 – Dimensional e padronização de tamanhos:

- Conformidade com a tabela de medidas prevista no Termo de Referência;



- Proporcionalidade entre os tamanhos;
- Adequação ergonômica para o público infantil, infante juvenil e adulto;
- Possibilidade de variação mínima tolerável, conforme normas técnicas.

#### 4.1.5.7 – Segurança e conforto do usuário:

- Ausência de partes que possam causar desconforto ou riscos (pontas, rebarbas, peças rígidas);
- Conforto ao vestir e liberdade de movimento;
- Adequação ao uso prolongado no ambiente escolar.

#### 4.1.5.8 – Identificação e etiquetagem:

- Presença de etiquetas obrigatórias, contendo composição do tecido, instruções de lavagem, tamanho e identificação do fabricante;
- Os uniformes fornecidos deverão observar as normas aplicáveis aos produtos têxteis, especialmente quanto à composição e etiquetagem, conforme regulamentação do INMETRO, devendo o fornecedor apresentar, quando solicitado, declaração de conformidade e demais documentos comprobatórios.

#### 4.1.5.9 – Avaliação Funcional

- Adequação do uniforme às atividades escolares diárias;
- Facilidade de manutenção e lavagem.

4.1.6 – O resultado da avaliação será divulgado por meio de mensagem no sistema.

4.1.7 – Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.1.8 – Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os produtos.

4.1.9 – A amostra justifica-se para realizações de testes que comprovem a qualidade do produto ofertado, tendo em vista o risco de se adquirir produtos com baixa qualidade. Também para comprovação de que o produto se identifica ou não com aquele exigido na licitação, com as especificações do termo. Para tanto, o produto será submetido a análises técnicas pertinentes. A solicitação de amostras fundamenta-se, considerando o art. 42 da Lei nº 14.133/2021.

5 – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

6 – Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7 – Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8 – O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

9 – A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.1 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10 – É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.1 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

11 – A verificação pelo Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.1 – Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

12 – A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.1 – Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13 – Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas horas), para:

13.1 – a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

13.2 – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.3 – suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

13.4 – suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

14 – Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

15 – Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

16 – Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.1.

17 – Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

18 – A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

19 – Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas Públicas, certidões positivas com efeito de negativas, e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

20 – Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo o original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

21 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão estar em nome do proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, observando ainda o que segue, conforme preceitua a legislação vigente:

21.1 – se o proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

21.2 – se o proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

22 – Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena antes do início da sessão pública.

22.1 – Os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura da sessão do Pregão.

23 – Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências da documentação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

24 – O licitante obriga-se, nos termos do modelo de Declaração de Pleno Atendimento - Anexo III deste Edital, a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis.

---

## **XI - DO RECURSO**

---

1 – A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

2 – O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

3 – Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

3.1 – a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

3.2 – O prazo para manifestação será de 1 (uma) hora.

3.3 – o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

4 – Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema ou para o endereço eletrônico [pregaocompras@gmail.com](mailto:pregaocompras@gmail.com) e/ou [pregao\\_eletronico@montesclaros.mg.gov.br](mailto:pregao_eletronico@montesclaros.mg.gov.br) ou protocoladas na Seção de Protocolo da Prefeitura Municipal de Montes Claros até as 23h59min do último dia do prazo, contendo razão social, número do CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação

legal.

5 – O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6 – Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7 – O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9 – O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **XII - DAS CONDIÇÕES DE FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP**

1 – Homologado o resultado da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

1.1 – serão registrados na ata, os preços e os quantitativos do adjudicatário;

**1.1.1 – Os licitantes classificados, se desejarem, poderão registrar os seus preços na Ata, desde que manifestem esta intenção, por mensagem enviada via plataforma Comprasnet, após o(s) item(ns) desejado(s) for(em) declarado(s) vencedor, sendo que poderá aceitar fornecer nas mesmas condições e preço do licitante vencedor ou manter a sua última proposta, observando em todos os casos a ordem de classificação.**

1.2 – será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original;

1.3 – a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

1.4 – O registro a que se refere o item 1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

1.5 – Se houver mais de um licitante com preços registrados nas mesmas condições do licitante vencedor, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

1.6 – A habilitação dos licitantes que deixarem seus preços registrados somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes situações:

1.6.1 – quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas neste edital;

1.6.2 – quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas neste edital;

1.7 – O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2 – Após os procedimentos de formalização da ata, estipulados nos itens anteriores, o licitante melhor classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133 de 2021 e no Decreto 4.539 de 2023.

2.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração Pública.

3 – Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no item 2, e observando o disposto no item 1.6, fica facultado ao Município convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

4 – A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do último signatário necessário, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

5 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de Montes Claros a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

6 – Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

7 – Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, registrados, nas seguintes situações:

7.1 – em caso de força maior, caso fortuito ou *fato do príncipe* ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do artigo 124 da Lei Federal 14.133 de 2021;

7.2 – decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.3 – resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e do Decreto 4.539 de 2023.

7.4 – O marco inicial da alteração dos preços da ata de registro de preços, será considerado a data-base para efeitos de reajustamento de preços nos contratos dele decorrentes e celebrados após a alteração do preço.

8 – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1 – Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.2 – Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item 8.1, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto neste edital.

8.3 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.4 – Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, e, assim, estender a aplicação automática da alteração de preço nos moldes deliberado pelo órgão gerenciador.

9 – No caso do preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao



gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.1 – Para fins do disposto no item 9, deverá o fornecedor encaminhar pedido formal, devidamente endereçado, com a indicação dos pressupostos jurídicos e as circunstâncias fáticas alicerçadas em evidências sólidas dos fatos imprevisíveis e que justificam restaurar o custo inicialmente pactuado, como, por exemplo, planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente as condições inicialmente pactuadas, publicações em revistas especializadas, entre outros.

9.2 – O pedido deve ser restrito aos insumos que foram impactados pela majoração extraordinária e o desconto que foi dado na licitação deve ser observado na atualização do valor.

9.3 – O pedido de revisão deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

9.4 – Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133 de 2021, e em outra legislação aplicável.

9.5 – Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 9.4, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, procedendo a devida verificação das condições de habilitação.

9.6 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9.7 – Na hipótese de comprovação do disposto nos itens 9 e 9.1, o gerenciador procederá a atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados no mercado.

9.8 – O órgão gerenciador deverá comunicar aos demais órgãos e entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei federal 14.133/21, ou seja, para que delibere, no caso concreto, sobre a aplicação da alteração de preço nos moldes definidos pelo órgão gerenciador.

10 – O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

10.1 – descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.2 – não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.3 – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

10.4 – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV, do *caput*, do artigo 156, da Lei Federal 14.133/21.

10.4.1 – No caso do item 10.4, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, e caso não seja o órgão gerenciador o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

10.4.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 10.1, 10.2 e 10.4, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11 – O cancelamento da ata de registro de preços poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

11.1 – razões de interesse público;

11.2 – cancelamento de todos os preços registrados;



11.3 – caso fortuito ou força maior, a pedido do fornecedor.

12 – As quantidades previstas para os itens nas atas de registro de preços poderão ser remanejada pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes do procedimento licitatório para registro de preços.

12.1 – O órgão gerenciador que estimou quantidades que pretende contratar será considerado também participante para efeito de remanejamento de que trata o item 12.

12.2 – Para efeito do disposto no item 12, caberá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

12.3 – Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão gerenciador dos quantitativos dos participantes da compra centralizada nos termos do item 12.1, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

---

### **XIII - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

---

1 – Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

1.1 – deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

1.2 – salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1.2.1 – não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

1.2.2 – recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

1.2.3 – pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

1.2.4 – deixar de apresentar amostra;

1.2.5 – apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

1.3 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.4 – recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

1.5 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

1.6 – fraudar a licitação;

1.7 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1.7.1 – agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

1.7.2 – induzir deliberadamente a erro no julgamento;

1.7.3 – apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

1.8 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

1.9 – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

2 – Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

2.1 – advertência;

2.2 – multa;

2.3 – impedimento de licitar e contratar e

2.4 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3 – Na aplicação das sanções serão considerados:

3.1 – a natureza e a gravidade da infração cometida;

- 3.2 – as peculiaridades do caso concreto;
- 3.3 – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 3.4 – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 3.5 – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4 – Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções previstas na Lei nº. 14.133 e no do Decreto Municipal nº 4.539/2023.

5 – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório.

6 – O descumprimento das obrigações contratuais implicará a aplicação das penalidades previstas, observando-se os percentuais de multa estipulados na Lei Federal nº 14.133/2021 e no artigo 156 do Decreto Municipal nº 4.539/2023.

7 – As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente como prevista na Lei Federal nº. 14.133/2021, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

---

#### **XIV - DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO**

---

1 – O fornecimento dar-se à nos termos especificados no Anexo I – Termo de Referência deste Edital, que integra este independentemente de transcrição.

---

#### **XV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

---

1 – Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, secundários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

2 – Indenizar o Município de Montes Claros por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do objeto, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

3 – Cumprir os prazos previstos neste Edital.

4 – Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 14.133/2021 e no presente Edital.

---

#### **XVI - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

---

1 – Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

2 – Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas.

3 – Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

4 – Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Edital.

5 – Proceder a retenção na fonte do ISSQN (imposto sobre serviços de qualquer natureza), incidentes sobre a obra ou a prestação do serviço.

6 – Proceder a retenção do imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa RFB nº1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações (Decreto 4.603 do município de Montes Claros).

---

## **XVII - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

---

1 – O pagamento decorrente do fornecimento, objeto desta licitação será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à Seguridade Social e Regularidade Trabalhista vigentes.

2 – Os pagamentos à Contratada somente serão realizados mediante o efetivo fornecimento nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio Termo de Recebimento Definitivo do Objeto e/ou Recibo pelo Servidor responsável pelo recebimento.

3 – O servidor responsável pelo recebimento, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

4 – Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do contrato.

5 – Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.

---

## **XVIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

---

1 – Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

I – Termo de Referência;

II – Modelo de Proposta Comercial;

III – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento;

IV – Modelo de Declaração de Condição de ME, EPP ou MEI;

V – Modelo de Declaração de Dados Cadastrais;

VI – Minuta da Ata de Registro de Preços;

VII – Minuta do contrato.

2 – O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

3 – Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

4 – Na análise da documentação e no julgamento das propostas comerciais, o (a) Pregoeiro (a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

5 – Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

6 – O(a) Pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo.

6.1 – O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

7 – A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

8 – A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Montes Claros revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

9 – Convocada a assinar o contrato, a licitante deverá providenciar assinatura do respectivo termo emitido, aceitar ou retirar instrumento equivalente no prazo de 5(cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas, nos termos do art. 90 da Lei 14.133/2021.

9.1 – A convocação para assinatura do contrato se dará por qualquer meio de comunicação.

10 – O Município de Montes Claros poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

11 – Fica eleito o foro da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Montes Claros/MG, 20 de fevereiro de 2026.

**Lilian dos Reis Silva Santos**  
Pregoeira

---

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

---

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 023/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2026**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO****1.1. SECRETARIA SOLICITANTE**

1.1.1. Secretaria Municipal de Educação

**1.2. OBJETO**

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA E/OU UNIPESSOAL PARA CONFECÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG.

**1.3. DESCRIÇÕES DO OBJETO**

Lote (itens, códigos, quantidades e especificações)

LOTE	ITEM	CÓDIGO	UND	QUANT	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTO
01	01	462461	UN	35.000	<b>CAMISETA MANGA CURTA</b> – MEIA MALHA PA (50% POLIÉSTER E 50% ALGODÃO); COM GOLA REDONDA. COM A IDENTIDADE VISUAL DO MUNICÍPIO FRENTE E VERSO DA CAMISA. CORPO BRANCO, GOLA E <b>MANGA</b> AZUL, AS LATERAIS DEVEM TER LINHAS AMARELAS E AZUIS, E VIÉS DA CAMISA AMARELO. É NECESSÁRIO AFIXAR UMA ETIQUETA DE CUIDADOS NA PARTE DE TRÁS. TODAS AS PEÇAS DEVERÃO SER EMBALADAS SEPARADAMENTE EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES. A PEÇA DEVE ESTAR ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO.	ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I
	02	462460	UN	35.000	<b>CAMISETA REGATA</b> - MEIA MALHA PA (50% POLIÉSTER E 50% ALGODÃO); COM GOLA REDONDA. COM A IDENTIDADE VISUAL DO MUNICÍPIO FRENTE E VERSO DA CAMISA. CORPO BRANCO, GOLA E <b>CAVA</b> AZUL, AS LATERAIS DEVEM TER LINHAS AMARELAS E AZUIS, E VIÉS DA CAMISA AMARELO. É NECESSÁRIO AFIXAR UMA ETIQUETA DE CUIDADOS NA PARTE DE TRÁS. TODAS AS PEÇAS DEVERÃO SER EMBALADAS SEPARADAMENTE EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES. A PEÇA DEVE ESTAR ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO.	ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I

1.3.1. As especificações completas dos itens encontram-se no Anexo I, parte integrante deste.

1.3.2. O Registro de Preço terá validade de 12 (doze) meses, contados da assinatura da respectiva Ata, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021.

**1.3.3. Justificativa para adoção de lote único**

A adoção do critério de lote único para a aquisição de camisas de manga curta e regatas justifica-se pelos aspectos técnico, econômico, operacional e jurídico, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. A contratação conjunta assegura a padronização dos uniformes quanto a tecido, cor, modelagem, qualidade e identidade visual, conforme o art. 40, V, evitando divergências que comprometam a uniformidade institucional. O lote único também

promove maior eficiência administrativa (art. 5º), ao reduzir a fragmentação contratual, facilitar a gestão, fiscalização, controle de qualidade, logística e responsabilização, além de minimizar riscos de atrasos e inconsistências no fornecimento. Sob o aspecto econômico, possibilita ganhos de escala e a obtenção de proposta mais vantajosa (art. 11, I), contribuindo para a redução de custos e maior custo-benefício.

A medida não compromete a competitividade, pois os itens são similares, amplamente comercializados e podem ser fornecidos por empresas do ramo têxtil, inclusive micro e pequenas empresas (art. 7º).

Por fim, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, a definição da forma de agrupamento dos itens decorre de estudo técnico preliminar, que demonstrou que a divisão em lotes distintos não se mostra técnica ou economicamente mais vantajosa, podendo, inclusive, gerar risco à padronização e aumento de custos administrativos.

Diante do exposto, resta devidamente justificada a opção pela licitação em lote único para a aquisição de camisas de manga curta e camisas regatas, por atender aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, padronização e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Esta contratação será regida pela Lei 14.133/2021 e suas alterações, observando-se também a regulamentação municipal estabelecida pelo Decreto 4.539 de 31 de março de 2023.

2.2. É parte integrante do presente instrumento, o estudo técnico preliminar correspondente, considerando a solução apresentada como um todo, levando em consideração o ciclo de vida do objeto.

## **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação visa ao Registro de Preços para futura e eventual aquisição de uniformes escolares, destinados à doação aos alunos regularmente matriculados nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, com o objetivo de atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e o pleno acesso à educação pública.

A oferta de uniformes escolares configura-se como uma política pública de caráter educacional, social e preventivo, voltada à promoção da equidade, ao combate à evasão escolar e à redução das desigualdades socioeconômicas que impactam diretamente o rendimento e a permanência dos alunos na escola. Ao fornecer gratuitamente o uniforme, o Município assegura que todos os alunos tenham igualdade de condições de apresentação e participação no ambiente escolar, independentemente da realidade econômica de suas famílias.

Do ponto de vista pedagógico, o uso do uniforme contribui para a organização do ambiente escolar, fortalecendo a identidade institucional, o sentimento de pertencimento dos alunos à comunidade escolar e a valorização da escola pública. Além disso, auxilia na disciplina e na concentração dos alunos, reduzindo fatores de discriminação e distração relacionados ao vestuário, o que reflete positivamente no processo de ensino-aprendizagem.

Sob o aspecto da segurança, a padronização do vestuário permite a rápida identificação dos alunos, facilitando o controle de acesso às unidades escolares e a identificação de pessoas estranhas ao ambiente educacional, especialmente em atividades externas, eventos escolares e no transporte escolar, contribuindo para a proteção dos alunos e da comunidade escolar como um todo.

No âmbito social, a distribuição gratuita de uniformes representa um apoio direto às famílias, reduzindo despesas obrigatórias com vestuário escolar, o que se mostra especialmente relevante para famílias em situação de vulnerabilidade social. Tal medida reforça o compromisso do Município com a proteção social, a dignidade da pessoa humana e a efetivação do direito fundamental à educação, previsto na Constituição Federal.

Diante do exposto, a aquisição de uniformes escolares por meio de Registro de Preços revela-se necessária, adequada e vantajosa para a Administração Pública, atendendo às



necessidades da Rede Municipal de Educação, promovendo a igualdade de oportunidades, fortalecendo a política educacional do Município e assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.

Ressaltamos que, o quantitativo previsto para a aquisição de uniformes escolares foi definido com base na demanda registrada no exercício de dezembro/2025, referente ao número de alunos matriculados na rede municipal de ensino, ou seja, 33.141 (trinta e três cento e quarenta e um) educandos que frequentam as unidades municipais de ensino.

A previsão de reserva de uniformes escolares visa assegurar o atendimento de eventuais demandas adicionais ao longo do período letivo, decorrentes de variação no número de alunos, transferências, reposição por desgaste, perda ou inadequação de tamanhos. A reserva constitui medida de planejamento e gestão eficiente, não implicando obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A solução escolhida atende plenamente os requisitos de negócio estabelecidos no presente estudo, com a vantagem de permitir melhor adequação da contratação às efetivas necessidades da Secretaria Municipal de Educação, por meio de melhorias no modelo de execução e gestão.

A solução escolhida consiste na contratação de sociedade empresária e/ou unipessoal para confecção de uniformes escolares, especificamente camisas de manga curta e camisas regatas, destinados aos alunos da rede pública de ensino, com a finalidade de atender às necessidades de padronização, identificação institucional, promoção da igualdade entre os alunos e apoio às políticas educacionais do Município.

Os uniformes serão confeccionados em material adequado ao uso escolar, observando critérios de qualidade, durabilidade, conforto térmico e resistência, considerando a rotina diária dos alunos e as condições climáticas locais. As peças deverão atender às especificações técnicas definidas no Termo de Referência, incluindo modelagem, cores, tamanhos variados, acabamento, estampas e identidade visual institucional, assegurando uniformidade e padronização.

A contratação contempla quantitativos suficientes para atender à demanda estimada da rede municipal de ensino, possibilitando a distribuição simultânea e equitativa aos alunos, preferencialmente antes do início ou no início do período letivo, de forma a evitar prejuízos às atividades escolares.

A contratação será realizada por meio de fornecedor especializado no ramo têxtil, capaz de garantir a produção, fornecimento e entrega dos uniformes conforme prazos, especificações e padrões de qualidade estabelecidos, assegurando eficiência operacional, economicidade e atendimento ao interesse público.

A contratação de sociedade empresária e/ou unipessoal para a confecção de uniformes escolares, visando à doação aos alunos da rede municipal de ensino, **revela-se como a única solução administrativamente plausível** para atender à demanda da Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros/MG.

Isso porque, outras alternativas imagináveis, como a execução direta pela própria Prefeitura, mostram-se inviáveis pelos seguintes motivos:

#### ***a) Inviabilidade técnica:***

- A Administração não dispõe de estrutura física, equipamentos industriais, insumos e mão de obra especializada para realizar a confecção em escala adequada;
- A atividade de produção têxtil não integra as funções típicas da Administração Pública, o que comprometeria a qualidade e a padronização dos uniformes.

#### ***b) Inviabilidade financeira:***

- A instalação de oficinas próprias demandaria investimentos elevados em maquinário, insumos e contratação de profissionais, gerando custos superiores aos praticados pelo mercado;
- A manutenção contínua dessa estrutura acarretaria despesas permanentes, sem ganhos de economicidade frente a contratação de fornecedores especializados.

#### ***c) Inviabilidade administrativa:***

- A confecção direta desviaria a Administração de sua função precípua, que é planejar, coordenar e fiscalizar políticas públicas, e não executar atividades industriais;
- A contratação de empresas permite maior eficiência, transparência e controle, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que privilegia a busca pela solução mais vantajosa para o interesse público.

Dessa forma, a presente solução garante: atendimento eficaz e tempestivo da demanda da rede municipal de ensino; padronização e qualidade dos uniformes fornecidos; racionalidade administrativa, ao concentrar a atuação da Prefeitura em suas funções típicas e transferir a execução a agentes econômicos especializados; economicidade e eficiência, ao evitar gastos desnecessários com estrutura própria e aproveitar a competitividade do mercado. Em suma, a contratação proposta configura-se como a única alternativa viável e administrativamente adequada, assegurando, com menor gasto e da maneira mais eficiente, a efetividade da política pública de fornecimento de uniformes escolares.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

4.1.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor ofertado, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar no prazo de 07 (sete) dias úteis para o envio da amostra do tecido, bem como da peça do uniforme confeccionada, conforme o modelo especificado neste termo de referência para fins de análise técnica e aprovação por parte da Secretaria Municipal de Educação, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados. As amostras do uniforme pronto deverão contemplar acabamento, costura, modelagem, cores, identificação visual e demais características exigidas, além de serem apresentadas em diferentes tamanhos, de modo a possibilitar a verificação da grade de medidas e do caimento das peças.

4.1.2. As amostras deverão ser encaminhadas para a Sede Nova da Prefeitura Municipal de Montes Claros – MG, localizada à Av. Governador Magalhães Pinto, nº 4.000, Bairro Jaraguá II, 39.401-458 – Secretaria Municipal de Educação (Diretoria de Logística), sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.1.3. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.1.4. No caso de não haver entrega das amostras ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostras fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.1.5. Na análise das amostras serão considerados como o atendimento às seguintes especificações:

4.1.5.1. Conformidade com o Termo de Referência

- Atendimento integral às especificações técnicas descritas no Termo de Referência;
- Correspondência do modelo, tipo de peça e composição (camiseta);
- Conformidade com o layout, cores institucionais e identidade visual da Rede Municipal de Ensino;
- Correta aplicação de logomarcas, brasões, escritas e símbolos oficiais, conforme padrões definidos.

4.1.5.2. Qualidade do Tecido

- Tipo de tecido conforme especificado (meia malha PA 50% poliéster e 50% algodão)
- Gramatura adequada, garantindo resistência sem comprometer o conforto;
- Avaliação do toque, conforto térmico e respirabilidade;
- Ausência de transparência excessiva;
- Verificação da uniformidade do tecido, sem falhas, manchas ou defeitos visíveis.

4.1.5.3. Durabilidade e Resistência

- Resistência do tecido ao uso contínuo e às lavagens frequentes;
- Avaliação da possibilidade de deformação, encolhimento ou esgarçamento;
- Qualidade das costuras, com reforços em áreas de maior esforço;

#### 4.1.5.4. Acabamento e costura:

- Regularidade e alinhamento das costuras;
- Ausência de fios soltos ou rebarbas;
- Reforço em pontos críticos (gola, mangas e barra);
- Qualidade do acabamento interno e externo da peça.

#### 4.1.5.5. Estamparia, bordado ou silkagem:

- Qualidade da estampa ou bordado (nitidez, alinhamento e fidelidade às cores);
- Fixação adequada, sem rachaduras, descascamento ou falhas;
- Resistência da estampa à lavagem e ao atrito;
- Aplicação conforme técnica exigida (silk screen).

#### 4.1.5.6. Dimensional e padronização de tamanhos:

- Conformidade com a tabela de medidas prevista no Termo de Referência;
- Proporcionalidade entre os tamanhos;
- Adequação ergonômica para o público infantil, infante juvenil e adulto;
- Possibilidade de variação mínima tolerável, conforme normas técnicas.

#### 4.1.5.7. Segurança e conforto do usuário:

- Ausência de partes que possam causar desconforto ou riscos (pontas, rebarbas, peças rígidas);
- Conforto ao vestir e liberdade de movimento;
- Adequação ao uso prolongado no ambiente escolar.

#### 4.1.5.8. Identificação e etiquetagem:

- Presença de etiquetas obrigatórias, contendo composição do tecido, instruções de lavagem, tamanho e identificação do fabricante;
- Os uniformes fornecidos deverão observar as normas aplicáveis aos produtos têxteis, especialmente quanto à composição e etiquetagem, conforme regulamentação do INMETRO, devendo o fornecedor apresentar, quando solicitado, declaração de conformidade e demais documentos comprobatórios.

#### 4.1.5.9. Avaliação Funcional

- Adequação do uniforme às atividades escolares diárias;
- Facilidade de manutenção e lavagem.

#### 4.1.6. O resultado da avaliação será divulgado por meio de mensagem no sistema.

4.1.7. Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.1.8. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os produtos.

4.1.9. A amostra justifica-se para realizações de testes que comprovem a qualidade do produto ofertado, tendo em vista o risco de se adquirir produtos com baixa qualidade. Também para comprovação de que o produto se identifica ou não com aquele exigido na licitação, com as especificações do termo. Para tanto, o produto será submetido a análises técnicas pertinentes. A solicitação de amostras fundamenta-se, considerando o art. 42 da Lei nº 14.133/2021.

### **DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, a fim de assegurar que a relação jurídica do serviço ora contratado permaneça apenas entre a administração pública e detentora da ata, garantindo sua perfeita execução, e assim não sendo, ensejar as diligências cabíveis.

### **DA GARANTIA**

4.3. A Detentora da Ata deverá oferecer garantia mínima conforme Código de Defesa do Consumidor para os itens a contar do recebimento definitivo.

4.4. Durante o prazo de garantia, a Detentora da Ata fica obrigada a substituir os uniformes defeituosos no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir do recebimento da notificação pela Secretaria de Educação.

4.5. Deverá também ser observado o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ACEITABILIDADE**

5.1. A detentora da Ata fica obrigada a entregar uniformes **de forma imediata** quando solicitado através de Ordem de Compras, nas condições estabelecidas neste Termo, no prazo não superior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data do recebimento da respectiva ordem.

5.2. O envio da Ordem de Compras à Detentora da Ata poderá ser efetivado via e-mail ou qualquer outro meio válido de comunicação.

5.3. Os uniformes escolares deverão ser entregues embalados individualmente, de forma a garantir a adequada organização, identificação e conservação dos produtos. Cada embalagem deverá conter 01 (um) uniforme, correspondente ao tamanho específico, devidamente identificado de maneira legível, permitindo fácil conferência, distribuição e controle pela Administração.

5.4. Os uniformes deverão ser entregues no local indicado na Ordem de Compras, **sem custos adicionais.**

## **6. MODELO DE GESTÃO DA ATA**

### **OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**

6.1. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência.

6.2. Indenizar o Município de Montes Claros por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente do fornecimento por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;

6.3. Cumprir fielmente as exigências deste Termo de Referência.

6.4. Manter-se durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 14.133/2021 e no presente Termo de Referência.

### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.5. Notificar a Detentora da Ata sobre qualquer irregularidade encontrada na efetiva entrega dos uniformes fixando, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

6.6. Efetuar os pagamentos devidos à Detentora da Ata nas condições estabelecidas.

6.7. Fiscalizar a entrega dos uniformes, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Detentora da Ata pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

6.8. Rejeitar todo e qualquer uniforme (camisa) de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência.

6.9. Proceder a retenção na fonte do ISSQN (imposto sobre serviços de qualquer natureza), incidentes sobre a obra ou a prestação do serviço.

6.10. Proceder a retenção do imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações (Decreto nº 4.603, de 15 de agosto de 2023, do município de Montes Claros).

### **DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

6.11. Atividade exercida de modo sistemático pela Contratante e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos. A fiscalização ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação,

através da Diretoria de Logística, na pessoa da servidora Soraya Cristina Figueiredo e Assunção Matrícula nº 9621725, portadora do CPF nº 104.983.866-19, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto deste Termo de Referência.

6.11.1. Todas as ocorrências em relação aos uniformes entregues serão documentadas e, havendo necessidade, a Diretoria de Logística poderá solicitar uma visita técnica à sede de produção ou distribuição, para verificar e orientar quanto a possíveis necessidades de adequações.

## **CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

6.12. Os uniformes serão recebidos da seguinte forma:

6.12.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações deste Termo de referência, na apresentação dos produtos, acompanhado da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada uma conferência inicial por um servidor, devidamente identificado e se identificada conformidade com as especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal é assinado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

6.12.2. Definitivamente, após recebimento provisório, será realizada a conferência dos uniformes e, estando de acordo a Ordem de Compras será efetivado o recebimento definitivo, com assinatura no documento auxiliar da NF-e (Danfe) ou nas vias da Nota Fiscal.

6.13. O recebimento definitivo não eximirá a Detentora da Ata de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que a Secretaria Municipal de Educação venha a fazer, baseada na incorreta entrega dos uniformes.

6.14. Na hipótese dos uniformes apresentarem irregularidade não sanável, será reduzido, a termo, o fato e encaminhado à autoridade competente, para procedimentos necessários.

## **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.15. A Detentora da Ata que der causa à inexecução total da ata ou parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, (salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado); não celebrar a ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata, ficará impedido de licitar e contratar com o município de Montes Claros/MG pelo prazo de até 03 (três) anos, bem como declarado inidôneo, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e demais cominações legais.

6.16. Pela inexecução total ou parcial da ata a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a detentora da ata as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.17. O atraso injustificado na execução da Ata sujeitará a detentora da ata à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório.

6.17. O descumprimento das obrigações da ata, implicará a aplicação das penalidades previstas, observando-se os percentuais de multa estipulados na Lei Federal nº 14.133/2021 e no artigo 156 do Decreto Municipal nº 4.539/2023.

6.19. As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente como previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

## **7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.1. O pagamento decorrente do fornecimento objeto deste Termo, será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à Seguridade social e Regularidade Trabalhista vigentes.

7.2. Os pagamentos à Detentora da ata somente serão realizados mediante a efetiva entrega dos produtos nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio Termo



de Recebimento Definitivo do Objeto e/ou Recibo pelo Servidor responsável pelo recebimento.

7.3. O Servidor responsável pelo recebimento, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Detentora da ata para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

7.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação, qualquer obrigação por parte da Detentora da ata, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto deste Termo.

7.5. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Detentora da ata.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.1. Comprovação de aptidão para efetuar o fornecimento compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, estabelecidas neste Termo de Referência, através da apresentação de atestados de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica de no mínimo 30% (trinta por cento) do quantitativo total estimado do objeto, admitido a soma de atestados, desde que compatíveis em características, prazos e complexidade.

## **9. ESTIMATIVA DE VALORES E REAJUSTE**

9.1. O orçamento estimado para a contratação consta nos autos do procedimento licitatório e, conforme o Art. 24 da Lei nº 14.133/2021, terá caráter sigiloso e se tornará público imediatamente após o julgamento das propostas. Opta-se pelo sigilo porque este atuará como instrumento de eficiência econômica e combate a cartéis, garantindo propostas mais condizentes com a realidade. Conforme o § 1º do mesmo artigo, o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

## **CRITÉRIOS DE REAJUSTE E ALTERAÇÃO**

9.2. Esta contratação poderá ser alterada na forma prescrita nos artigos 85, 86 e 87 do Decreto nº 4.539/23 de 31 de março de 2023 do município de Montes Claros/MG.

9.3. Como critério de reajuste, deverá ser adotado o fator de atualização monetária baseado no índice de correção monetária da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais – ICGJ, consoante ao artigo 92, V da Lei 14.133/2021 e 136 e seguintes do Decreto Municipal 4.539/2023, observando o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data de consolidação do orçamento estimado ou da data de alteração do preço da ata de registro de preços.

## **10.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA IMPREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. Considerando a natureza eventual da contratação, a dotação orçamentária para a contratação feita por este registro de preços será efetuada à medida que forem solicitadas.

Montes Claros-MG, 18 de fevereiro de 2026.

**CHARLES GUTEMBERG ALENCAR SOARES**  
Secretário Municipal de Educação

**VALDOIR LÁZARO ROSA**  
Diretor Administrativo e Financeiro



## ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

### ITEM 1 – CAMISA MANGA CURTA COR BRANCA, AZUL E AMARELA



### ESPECIFICAÇÕES ITEM 1 – CAMISA MANGA CURTA COR BRANCA, AZUL E AMARELA

CORPO E MANGAS	Camiseta com manga curta, confeccionada em meia malha PA (50% poliéster e 50% algodão); com gramatura de 165 g/m <sup>2</sup> , fio 30.1; corpo na cor branca, manga e gola azul, lateral direita e esquerda com 1 linha amarela, e 1 linha azul nas laterais da camisa, e viés amarelo, frente e verso.
ACABAMENTO GOLA E MANGAS	Acabamento da gola e manga em ribana 1x1 composta de 98% algodão e 2% elastano, com gramatura de 180 g/m <sup>2</sup> ; malha sanfonada, dupla, com 2cm (dois) centímetros de largura, rebatidos em máquina galoneira duas agulhas, bitola larga, na cor do tecido da camisa.
BAINHA E COSTURAS	Bainha da barra com dois centímetros de largura, costurada na cobertura duas agulhas, bitola larga. As demais partes da peça deverão ser costuradas em máquina overlock três fios.
LINHA DE COSTURA	A camisa deverá ser costurada em linha 100% Poliéster, n° 120, na cor do tecido da camisa.
SILK SCREEN	Silk Screen conforme a arte e identidade visual do município.
DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	Etiqueta: Os caracteres tipográficos dos indicativos na cor preta devem ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem, tamanho.



## PALETA



**C86 M62 Y2 K0**  
PANTONE 18-4043 TCX  
#4465AD



**C0 M12 Y100 K0**  
PANTONE 13-0858 TCX  
#FFDA23



**C67 M60 Y59 K46**  
PANTONE 19-3906 TCX  
#4D4D4D

Tabela de Medidas das  
Camisas de manga curta

### Tabela de Medidas das Camisas de manga curta

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS																		
TAMANHO	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	P	M	G	GG	EGG
COMPRIMENTO TOTAL	44	46	47	48	50	52	54	55	57	58	60	61	63	64	67	70	73	76	78
TÓRAX	34	35	36	37,5	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	49	52	55	58	61
COMPRIMENTO DA MANGA	15	15	15	15,5	16	17	17,5	18	18,5	19	19,5	20	20	21	21	22	23	24	25
ABERTURA DA MANGA	10,5	10,5	10,5	11	11	11,5	12	12	13	13	14	14	14,5	15	16	17	18	19	20
ABERTURA DO DECOTE	14	15	15	15	15	15	16	16	16	16	16	17	17	17	17	18	18	18	19
PROFUNDIDADE DO DECOTE	7	7	7	7	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	8	8,5	8,5	8,5	8,5	9	9	9,5	10	10
CAVA	15,5	16	16,5	17	17,5	18	18,5	19	19,5	20	20,5	21	21,5	22	23	24	25	26	27

### ITEM 2 – CAMISA REGATA COR BRANCA, AZUL E AMARELA



## ESPECIFICAÇÕES ITEM 2 – CAMISA REGATA COR BRANCA, AZUL E AMARELA

CAMISETA REGATA	Camiseta regata, confeccionada em meia malha PA (50% poliéster e 50% algodão); com gramatura de 165 g/m <sup>2</sup> , fio 30.1; corpo na cor branca, gola e cava azul, lateral direita e esquerda com 1 linha amarela, e 1 linha azul nas laterais da camisa, e viés amarelo, frente e verso.
ACABAMENTO GOLA E CAVA	Acabamento da gola e cava em ribana 1x1 composta de 98% algodão e 2% elastano, com gramatura de 180 g/m <sup>2</sup> ; malha sanfonada, dupla, com 2cm (dois) centímetros de largura, rebatidos em máquina galoneira duas agulhas, bitola larga, na cor do tecido da camisa.
BAINHA E COSTURAS	Bainha da barra com dois centímetros de largura, costurada na cobertura duas agulhas, bitola larga. As demais partes da peça deverão ser costuradas em máquina overlocke três fios.
LINHA DE COSTURA	A camisa deverá ser costurada em linha 100% Poliéster, n° 120, na cor do tecido da camisa.
SILK SCREEN	Silk Screen conforme a arte e identidade visual do município.
DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	Etiqueta: Os caracteres tipográficos dos indicativos na cor preta devem ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, marca, composição do tecido, símbolos/instruções de lavagem, tamanho.



**Tabela de Medidas da camisa regata**

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS																		
TAMANHO	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	P	M	G	GG	EGG
COMPRIMENT O TOTAL	44	46	47	48	50	52	54	55	57	58	60	61	63	64	67	70	73	76	78
TÓRAX	34	35	36	37,5	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	49	52	55	58	61
ABERTURA DA MANGA	10,5	10,5	10,5	11	11	11,5	12	12	13	13	14	14	14,5	15	16	17	18	19	20
ABERTURA DO DECOTE	14	15	15	15	15	15	16	16	16	16	16	17	17	17	17	18	18	18	19
PROFUNDIDAD E DO DECOTE	7	7	7	7	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	8	8,5	8,5	8,5	8,5	9	9	9,5	10	10
CAVA	15,5	16	16,5	17	17,5	18	18,5	19	19,5	20	20,5	21	21,5	22	23	24	25	26	27

Montes Claros-MG, 15 de janeiro de 2026.

**VALDOIR LÁZARO ROSA**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**SORAYA CRISTINA F. E ASSUNÇÃO**  
Diretora de Logística



**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Ao Município de Montes Claros/MG  
Senhor (a) Pregoeiro (a),

Atendendo ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 023/2026**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2026**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, apresentamos nossa proposta:

LOTE/ ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Valor total por extenso: .....				

Validade da Proposta 120 dias.

Declaramos que a nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)





---

**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO**

---

A sociedade empresária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, localizada na \_\_\_\_\_, por seu representante legal signatário, declara ao Município de Montes Claros/MG que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação no **Processo Licitatório nº. 023/2026**, na modalidade de **Pregão Eletrônico nº. 009/2026**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, **e se compromete a prestação de serviços que lhes forem adjudicados conforme a descrição do Anexo I deste Edital, desconsiderado qualquer erro que porventura houver cometido na elaboração da proposta.**

Declara, para fins do disposto nos Artigos 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa da Secretaria de Inspeção do Trabalho (INSIT) nº 146 de 25 de julho de 2018, e, nos termos do Artigo 13 da Lei Municipal 5.064 de 21 de junho de 2018 que \_\_\_\_\_ (não está obrigada ao cumprimento de contratar a cota de menor aprendiz), **ou** (a exigência de contratação da cota de menor aprendiz é devidamente cumprida).

Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Declara também, para fins do disposto no inciso VI do artigo 68, da Lei nº. 14.133/2021 que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

**Declara ainda, para os fins requeridos nos parágrafos 1º e 2º do inciso III, artigo 9º da Lei nº. 14.133/2021 e 100 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros, que não tem em seus quadros de empregados, servidores públicos da Contratante, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o terceiro grau, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções, exercendo atribuições de gerência, administração ou tomada de decisões.**

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)



---

ANEXO IV  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

---

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 023/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2026

A sociedade empresária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do Documento de Identidade nº. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº. \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como \_\_\_\_\_ **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI))**, artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do §4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei. Declara também conhecer o que preconiza o §2º do inciso II do artigo 4º da Lei 14.133/2021 e que compromete a observar os limites de receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)



---

**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS**

---

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 023/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2026**

<b>Sociedade Empresaria:</b>
<b>CNPJ/MF:</b>
<b>Responsável Legal / CPF:</b>
<b>E-mail:</b>
<b>Telefone de Contato:</b>
<b>Dados bancários:</b>

Os dados cadastrais deverão ser mantidos atualizados junto a Diretoria de Licitações.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal)

---

**ANEXO VI**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

---

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 023/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2026**

O **MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS**, inscrito no CNPJ sob o nº. 22.678.874/0001-35, com endereço à Avenida Cula Mangabeira, nº. 211, Centro, na Cidade de Montes Claros/MG, CEP. 39.401-002, neste ato representado pelo Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia, Priscila Batista Almeida, por delegação de poderes, nos termos do Decreto Municipal nº. 4.914/25, observadas, ainda, as disposições do Edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 023/2026**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2026**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para registro de preços, regido pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 4.539, de 31 de março de 2023, aplicando-se subsidiariamente a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 e Decreto Municipal nº 4.929, de 27 de janeiro de 2025, e demais exigências estabelecidas neste Edital.

**1 – DO OBJETO**

1.1 – A presente ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU UNIPESSOAL PARA CONFEÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.**

**2 – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

2.1 – Os preços das empresas classificadas encontram-se indicados no quadro abaixo, de acordo com a ordem de classificação obtida no certame licitatório e regras contidas no instrumento convocatório:

LOTE/ITEM 01: (...)			
CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO DO ITEM	VALOR TOTAL ESTIMADO
1ª Classificada	_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, Bairro _____, a seguir denominada FORNECEDOR, neste ato representada por _____ Sr. (a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____	R\$ _____ (_____)	R\$ _____ (_____)
2ª Classificada	_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, Bairro _____, a seguir denominada FORNECEDOR, neste ato representada por _____ Sr. (a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____	R\$ _____ (_____)	R\$ _____ (_____)
3ª Classificada	_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, Bairro _____, a seguir denominada FORNECEDOR, neste ato representada por _____ Sr. (a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____	R\$ _____ (_____)	R\$ _____ (_____)

(...)

2.2 – As despesas decorrentes das aquisições correrão por conta da dotação orçamentária específica do Órgão Solicitante.

### **3 – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 – O gerenciamento desta Ata será realizado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia.

### **4 – DA VALIDADE DA ATA**

4.1 – A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.2.1 – Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

### **5 – DO REAJUSTAMENTO E REVISÃO DOS PREÇOS**

5.1 – Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução de preços praticados no mercado ou de fatos que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, previsto no art. 85 do Decreto Municipal nº 4.539/2023.

**5.2 – Os preços registrados poderão ser reajustados, conforme índice de correção da Controladoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais – ICGJ, consoante art. 92 V da Lei 14.133/2021 e 136 e seguintes do Decreto Municipal 4.539/2023, observando o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data de consolidação do orçamento estimado ou da data de alteração do preço da ata de registro de preços.**

5.3 – Na ausência dos índices específicos ou setoriais previstos nos incisos anteriores, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para o Município, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

5.4 – O reajuste será precedido de solicitação do fornecedor, que deverá ser realizada por meio de protocolo digital, através do endereço eletrônico: [gecaf@montesclaros.mg.gov.br](mailto:gecaf@montesclaros.mg.gov.br).

5.5 – A concessão do reajuste de preços deverá ser autorizada pelo órgão gerenciador.

5.6 – Fica assegurado o direito a revisão dos preços avençados, sempre que houver desequilíbrio na equação econômico-financeira firmada, decorrente de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

5.7 – A Administração terá por obrigação acompanhar, por meio do fiscal da Ata, em conjunto com o gestor da Unidade Demandante, auxiliados pela Gerência de Formalização de Instrumentos Contratuais, Termos Aditivos e Atas de Registro de preços, os preços registrados, agindo sempre que o desequilíbrio econômico-financeiro acarretar ônus ao erário.

5.8 – A Administração não agirá de ofício quando o resultado da revisão incorrer em benefício ao fornecedor.

5.9 – O pedido de revisão deverá ser realizado por meio de protocolo digital, através do endereço eletrônico: [gecaf@montesclaros.mg.gov.br](mailto:gecaf@montesclaros.mg.gov.br).

5.10 – Os reajustes e revisões serão realizados por termo aditivo.

### **6 – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS**

6.1 – O FORNECEDOR responderá por todo e qualquer dano provocado ao MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, seus servidores ou terceiros, decorrentes de

atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo MUNICÍPIO, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

## **7 – DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1 – O registro do licitante será cancelado nos seguintes casos (art. 88, Decreto Municipal nº 4.539/2023):

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nos seguintes casos (art. 89, decreto municipal nº 4.539/2023):

- a) Por razões de interesse público;
- b) Cancelamento de todos os preços registrados;
- c) Caso fortuito ou de força maior, a pedido do fornecedor.

7.2.2 – Pelo FORNECEDOR:

- a) mediante solicitação por escrito, antes de ser convocado por meio da Autorização de Serviço e/ou compra, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.

7.2.3 – O cancelamento ou a suspensão, pelo MUNICÍPIO, de preço registrado, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.2.4 – A comunicação do cancelamento de preço registrado será formalizada pelo MUNICÍPIO e publicada no Diário Oficial do Município de Montes Claros e em seu sítio oficial na internet, juntando-se comprovante nos autos do presente registro de preços.

## **8 – DAS MULTAS E PENALIDADES**

8.1 – O Fornecedor que der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços ou parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, (salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado); não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, ficará impedido de licitar e contratar com o município de Montes Claros/MG pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como declarado inidôneo, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e demais cominações legais.

8.2 – Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao Detentor da Ata as sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021.



8.3 – O atraso injustificado na execução da Ata de Registro de Preços sujeitará o fornecedor à multa de mora, na forma prevista no convocatório.

8.4 – O descumprimento das obrigações contratuais implicará a aplicação das penalidades previstas, observando-se os percentuais de multa estipulados na Lei Federal nº 14.133/2021 e no artigo 156 do Decreto Municipal nº 4.539/2023.

8.5 – As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente como prevista na Lei Federal nº. 14.133/2021, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

## **9 – DO FORNECIMENTO**

9.1 – A entrega do serviço dar-se-á nos termos especificados no Anexo I – Termo de Referência deste Edital, que integra esta ata independentemente de transcrição.

## **10 – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

10.1 – Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, secundários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

10.2 – Indenizar o Município de Montes Claros por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do objeto, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

10.3 – Cumprir os prazos previstos neste Edital.

10.4 – Manter-se durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 14.133/2021 e no presente Edital.

## **11 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

11.1 – Notificar a Detentora da Ata sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

11.2 – Efetuar os pagamentos devidos à Detentora da Ata nas condições estabelecidas.

11.3 – Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Detentora da Ata pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

11.4 – Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Edital.

11.5 – Proceder a retenção na fonte do ISSQN (imposto sobre serviços de qualquer natureza), incidentes sobre a obra ou a prestação do serviço.

11.6 – Proceder a retenção do imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa RFB nº1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações (Decreto 4.603 do município de Montes Claros).

## **12 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

12.1 – O pagamento decorrente do fornecimento, objeto desta licitação será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas

Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à Seguridade Social e Regularidade Trabalhista vigentes.

12.2 – Os pagamentos à Detentora da Ata somente serão realizados mediante o efetivo fornecimento nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio Termo de Recebimento Definitivo do Objeto e/ou Recibo pelo Servidor responsável pelo recebimento.

12.3 – O servidor responsável pelo recebimento, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Detentora da Ata para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

12.4 – Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Detentora da Ata, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do contrato.

12.5 – Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Detentora da Ata.

### **13 – DAS IMPUGNAÇÕES AOS PREÇOS REGISTRADOS**

13.1 – Impugnação aos preços registrados, em razão da incompatibilidade destes com os preços praticados no mercado, poderá ser interposta por qualquer cidadão, durante a vigência desta Ata, devendo atender aos seguintes requisitos de admissibilidade:

13.1.1 – ser encaminhada para o endereço eletrônico [pregaocompras@gmail.com](mailto:pregaocompras@gmail.com) ou protocoladas no núcleo de apoio - seção de protocolo da Diretoria de Licitações, localizada na Avenida Cula Mangabeira, nº 211, Centro, Montes Claros – MG, sala 228 – Setor de Licitações, dirigida à Diretoria de Licitações do Município de Montes Claros – MG;

a) o MUNICÍPIO não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas entregues em locais diversos do mencionado no item acima e que, por isso, não sejam protocolizadas na vigência da ata de registro de preços.

13.1.2 – ser dirigida à Diretoria de Licitações do MUNICÍPIO, setor gerenciador desta Ata, que, cumpridos os requisitos de admissibilidade, decidirá a respeito.

a) a decisão da Diretoria de Licitações do MUNICÍPIO será enviada ao impugnante via fac-símile ou correio eletrônico.

13.1.3 – conter o número da ata de registro de preços a qual se refere, com a descrição do objeto e a identificação do(s) item(s) cujo(s) preço(s) esteja(m) sendo impugnado(s);

13.1.4 – conter o nome completo, a qualificação, cópia do documento de identidade e do Cadastro de Pessoa Física e o endereço do impugnante;

13.1.5 – conter provas da incompatibilidade do preço impugnado, por meio de pesquisa atualizada do mercado.

### **14 – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Montes Claros, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS**

Priscila Batista Almeida

Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

**EMPRESA**

Representante legal

Cargo

Testemunha 1

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Testemunha 2

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

---

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PREÇOS REGISTRADOS POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO**

---

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 023/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2026**

Licitantes que aceitaram cotar o objeto nas mesmas condições e preço do vencedor do certame (§ 5º, inciso VI do art.82 da Lei 14.133/2021 e inciso II do art. 79 do Decreto Municipal 4.539/2023).

Classificação	Fornecedor/Prestador de serviço	Item/Lote	Descrição	Marca	Valor Unitário (R\$)

Licitantes que mantiveram sua proposta original (§ 5º, inciso VI do art.82 da Lei 14.133/2021 e inciso II do art. 79 do Decreto Municipal 4.539/2023).

Classificação	Fornecedor/Prestador de serviço	Item/Lote	Descrição	Marca	Valor Unitário (R\$)

---

**ANEXO VII**  
**MINUTA DO CONTRATO**

---

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – P023.26-\_\_**  
**PROCESSO Nº 023/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2026**

O **MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 22.678.874/0001-35, sediado na Av. Cula Mangabeira, nº. 211, Centro, nesta cidade de Montes Claros/MG, com o CEP. 39.401.002, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário(a) Municipal ....., Sr(a). ....., por delegação de poderes, na forma do Decreto Municipal nº. 4.914 de 07 de janeiro de 2025, e a sociedade empresária ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. ...., sediada na Rua/Av. ...., nº. ...., no Bairro ....., na Cidade ...../....., com o CEP. ...., neste ato por seu representante legal, Sr(a). ...., portador da Carteira de Identidade nº. ...., inscrito no CPF/MF sob o nº. ...., doravante designados, respectivamente, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº. 023/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº. 009/2026, do tipo menor preço por lote, sob a regência da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 4.539, de 31 de março de 2023, aplicando-se subsidiariamente a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 e Decreto Municipal nº 4.929, de 27 de janeiro de 2025, e demais exigências estabelecidas neste Edital.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este contrato tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU UNIPESSOAL PARA CONFECÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG**, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência do Processo Licitatório nº. 023/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº. 009/2026.

LOTE/ ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência e a Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA**, ambos constantes do Processo Licitatório nº. 023/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº. 009/2026.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

Este contrato vigorará até \_\_/\_\_/\_\_\_\_, tendo como termo inicial a data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 107 da Lei 14.133/21 e do Decreto Municipal nº. 4.539/23, respectivamente.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

A prestação do serviço dar-se-á nos termos especificados no Anexo I – Termo de Referência deste Edital, que integra este independentemente de transcrição.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A Secretaria Municipal de ....., não aceitará ou receberá qualquer serviço com



atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes do Anexo I - Termo de Referência do Processo Licitatório nº. 023/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº. 009/2026, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização e o acompanhamento da execução deste instrumento ficarão a cargo da Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_ através do (a) seu (sua) Fiscal Setorial \_\_\_\_\_ portador (a) da matrícula nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_.

A gestão contratual deste instrumento ficará a cargo do Gestor de Contrato lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia – Diretoria de Contratos.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização deste contrato pelo CONTRATANTE, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pela Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

O CONTRATANTE não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste contrato.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

I - O CONTRATANTE obriga-se a:

- a) notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto deste contrato, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;
- b) emitir, por meio da Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_, a Ordem de Serviço;
- c) prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA, em relação ao objeto do presente Contrato;
- d) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas;
- e) fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- f) rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência;
- g) efetuar o recebimento provisório e definitivo do objeto, por meio da Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_ do CONTRATANTE;
- h) decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do contrato;
- i) arcar com as despesas de publicação do extrato do presente contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados;
- j) atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente.
- k) Proceder a retenção na fonte do ISSQN (imposto sobre serviços de qualquer natureza), incidentes sobre a obra ou a prestação do serviço.
- l) Proceder a retenção do imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa RFB nº1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações (Decreto 4.603 do município de Montes Claros).

II - A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Indicar à Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_ do Contratante, imediatamente à assinatura deste contrato e sempre que ocorrer alteração, um preposto com plenos poderes

para representá-la, administrativa ou judicialmente, assim como decidir acerca de questões relativas ao objeto deste contrato, e atender aos chamados do CONTRATADO, principalmente em situações de urgência, por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz.

b) Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, reparando, imediatamente, e às suas expensas, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

c) Cumprir os prazos previstos neste contrato ou outros que venham a ser fixados pelo CONTRATANTE.

d) Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução deste contrato, durante toda a sua vigência, a pedido do CONTRATANTE.

e) Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do contrato pela equipe da Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_ do CONTRATANTE, durante a sua execução.

f) Manter, durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.

g) Encaminhar ao CONTRATANTE, com a nota fiscal/fatura, os documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação ou qualificação exigidas na licitação, especialmente cópias das certidões de regularidade junto ao FGTS, à seguridade social, ao Tribunal Superior do Trabalho, e às Fazendas Públicas Estadual e Municipal, cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos emissores pelo fiscal de contrato do CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS**

A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano provocado ao CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo CONTRATANTE, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente contrato.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo CONTRATANTE, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela CONTRATADA, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo CONTRATANTE a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da CONTRATADA for apresentada ou chegar ao conhecimento do CONTRATANTE, este comunicará a CONTRATADA por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao CONTRATANTE a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado.

As providências administrativas ou judiciais tomadas pela CONTRATADA não a eximem das responsabilidades assumidas perante o CONTRATANTE, nos termos desta cláusula.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do CONTRATANTE, nos termos desta cláusula, deverão ser pagos pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao CONTRATANTE, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da CONTRATADA;
- b) medida judicial apropriada, a critério do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS**

A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos estabelecidos nesta Cláusula não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, durante a vigência deste Contrato, exigir a comprovação de quitação dos encargos descritos no "caput" desta CLÁUSULA, como condição para pagamento dos créditos da CONTRATADA.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela prestação de serviços, objeto do presente contrato, a quantia total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da apresentação da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) devidamente aprovada(s) e constando na(s) mesma(s) a declaração expressa do recebimento definitivo dos serviços.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A CONTRATADA deverá comprovar, a cada nota fiscal/fatura emitida contra o CONTRATANTE, sua regularidade perante o sistema de seguridade social (INSS) e com o FGTS, com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal e prova de inexistência de débito inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, conforme determina o artigo 195, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) e o artigo 92, inciso XVI, da Lei Federal nº. 14.133/21.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

A nota fiscal/fatura não aprovada pelo CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, contando-se o prazo estabelecido no parágrafo primeiro, acima, para efeito de pagamento, a partir da data de sua reapresentação.

**PARÁGRAFO QUARTO**

A devolução de fatura não-aprovada pelo CONTRATANTE não servirá, em hipótese alguma, de pretexto para que a CONTRATADA suspenda o fornecimento dos materiais e/ou produtos.

**PARÁGRAFO QUINTO**

Os pagamentos devidos pelo CONTRATANTE serão efetuados por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

**PARÁGRAFO SEXTO**

Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer

obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou interrupção do fornecimento.

#### **PARÁGRAFO SÉTIMO**

Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA dará ao CONTRATANTE plena, geral e irretratável quitação da remuneração referente ao fornecimento nela discriminado, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

#### **PARÁGRAFO OITAVO**

Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato ocorrerão, no exercício de \_\_/\_\_/\_\_, à conta da dotação orçamentária:

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE .....									
Função Programática					Projeto Atividade		Elemento de Despesa	Recurso	Ficha

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 124 da Lei nº. 14.133/21, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.

**O contrato poderá ser reajustado na forma prescrita no §7º do artigo 25, inciso V do artigo 92 da Lei Federal nº. 14.133/21 e caput do artigo 136 do Decreto nº. 4.539/23, de acordo com o Índice da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - ICGJ, após 01 (um) ano contado da data da proposta do licitante, observando o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data de consolidação do orçamento estimado ou da data de alteração do preço da ata de registro de preços.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

O presente Contrato poderá ser rescindido:

I. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei nº. 14.133/21.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas no artigo 139 da Lei nº 14.133/21.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, o CONTRATANTE responderá pelo preço estipulado na Cláusula Oitava, devido em face do fornecimento efetivamente executados pela CONTRATADA até a data da rescisão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES**

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções previstas na Lei nº. 14.133 e no do Decreto Municipal nº 4.539/2023.

O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na

forma prevista no instrumento convocatório.

O descumprimento das obrigações contratuais implicará a aplicação das penalidades previstas, observando-se os percentuais de multa estipulados na Lei Federal nº 14.133/2021 e no artigo 156 do Decreto Municipal nº 4.539/2023.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Contratante. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente com previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, no Decreto nº 4.539, de 31 de março de 2023, aplicando-se a Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, e demais legislações pertinentes, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Ao Município caberá, também, na forma da Lei nº. 14.133/21, interpelar a CONTRATADA civil ou penalmente nos casos de descumprimento do presente instrumento contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL**

Este contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório nº. 023/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº. 009/2026 que lhe deu causa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE**

O CONTRATANTE providenciará a publicação, em resumo, do extrato deste contrato, bem como as publicações de extratos de termos aditivos, se for o caso, e outras determinadas em Lei, na forma prescrita nos incisos I e II do artigo 94, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

São condições gerais deste contrato:

I - Este contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, combinado com o inciso III do artigo 92, todos da Lei nº. 14.133/21.

II - Este contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia do CONTRATANTE, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

III - Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas ao CONTRATANTE e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão do contrato.

IV - O CONTRATANTE reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecido o disposto no artigo 125 da Lei nº. 14.133/21.

V - O CONTRATANTE reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo extingui-lo nos termos do previsto nos artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/21, assim como aplicar o disposto no §7º do artigo 90 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

VI – Qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das



obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste contrato e podendo o CONTRATANTE exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

VII – Este contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do seu objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

VIII – A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, por dolo ou culpa, direta ou indiretamente, ao CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao CONTRATANTE o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

IX – Compete exclusivamente à CONTRATADA, na consecução do objeto deste contrato, observar as normas que integram o regime jurídico da relação trabalhista celetista, em especial a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, legislação complementar, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e dispositivos contidos nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias envolvidas na execução do objeto, bem como responder por todas e quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações de seus empregados, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte do CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

Para todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro de Montes Claros/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem de acordo, ajustadas e a CONTRATADA, após lido e achado conforme, as partes firmam o presente Contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Montes Claros/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

**CONTRATANTE**  
**MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG**  
Secretaria Municipal de .....  
Rep. Legal: .....  
CPF/MF: .....

**CONTRATADA**  
\_\_\_\_\_  
Rep. Legal: .....  
CPF/MF: .....

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

CPF/MF: .....

\_\_\_\_\_

CPF/MF: .....



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3CE3-18FD-7C9D-37AD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LILIAN DOS REIS SILVA SANTOS (CPF 037.XXX.XXX-73) em 20/02/2026 09:26:43 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://montesclaros.1doc.com.br/verificacao/3CE3-18FD-7C9D-37AD>